

Estratégias de Capacitação e Qualificação para Membros do CACS FUNDEB: Identificação de Dificuldades, Desenvolvimento de um Curso e Proposta de Intervenção Educacional

Gledson Ramos Trindade

Aluno Graduando FESCG Curso Ciências Contábeis

Roberto Silva Pereira

Prof. Orientador FESCG Curso Ciências Contábeis

Resumo:

Esta pesquisa tem como objetivo colaborar de forma prática com um diagnóstico sobre a capacitação e qualificação do controle social da política pública da educação por meio do CACS Fundeb nos Municípios de MS. Busca-se identificar os principais problemas relacionados à falta de capacitação e qualificação encontrados pelos membros do CACS Fundeb, assim como apontar as ferramentas necessárias para solucionar essas lacunas. O Conselho atua no acompanhamento e controle social da transferência e aplicação dos recursos do Fundeb, principal fonte de financiamento da política educacional. A pesquisa visa aumentar a eficiência, eficácia e efetividade das iniciativas de controle social, melhorando a relação com as partes interessadas e auxiliando nas tomadas de decisões dos membros do conselho.

Palavras-chave: Capacitação, Qualificação, Controle social.

Introdução

Esta pesquisa pretende colaborar de forma prática com um diagnóstico sobre capacitação e qualificação do controle social da política pública da educação por intermédio do CACS Fundeb dos Municípios de MS, contribuindo para identificar os principais problemas relacionados com a falta de capacitação e qualificação, encontrados pelos seus membros no momento das tomadas de decisão e apontar as ferramentas necessárias para seu saneamento. Esse Conselho atua diretamente o acompanhamento e controle social da transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb, principal fonte de financiamento da política pública educacional, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal, conseqüentemente, constatar as lacunas em seu funcionamento, composição, estrutura, gestão e interações, auxilia no aprimoramento da relação com as partes interessadas, e nas tomadas de decisões dos seus membros, aumentando a eficiência, a eficácia e a efetividade das iniciativas do controle social.

A discussão sobre capacitação e qualificação no controle social, joga os holofotes para essas temáticas com intuito de estimular outros pesquisadores a desenvolverem investigações com objetivos similares. Dessa forma, busca-se o

fortalecimento das ações de governança pública e controle social, propondo, ainda, que a gestão e as práticas do conselho sejam pautados pelos princípios da governança, que seus membros possam refletir sobre seus papéis no controle social da política pública da educacional, ofertando uma capacitação que possibilite aos membros cooperar de forma eficaz, corrigindo ou implementando novas ações nas diversas competências que esse conselho tem frente a sociedade.

Destaca-se também que estes os objetos do estudo estão alinhadas com as metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), com a meta 1 e 10 – a educação é uma ferramenta de erradicação da pobreza e redução das desigualdades, abrindo oportunidades para que da sua fonte bebe; bem como a meta 4 – educação de qualidade – proporcionando condições financeiras de assegurar uma educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, ao corrigir e sanar as distorções nas aplicações e desvios no financiamento da política educacional, gerando resultado mais eficientes e eficaz (COSTA; GENTIL; 2018).

Referencial Teórico

O setor público constantemente busca incorporar novas ferramentas e práticas para melhor desempenhar seu papel frente às necessidades da sociedade, entre essas novas práticas destaca-se o foco dado ao tema governança. Temática essa que foi concebida no setor privado com o escopo de minimizar as fraudes, por meio de boas práticas e condutas, convertendo seus fundamentos em recomendações objetivas, ordenando os interesses com o propósito de resguardar e aumentar o valor da entidade, oportunizando o ingresso de recursos e contribuindo para sua longevidade (IBGC, 2009).

Nessa direção, vale destacar que o termo governança foi propagado e associado a diversas áreas como: corporativa, pública, ambiental, social entre outras, alastrando – se também entre as diversas disciplinas, no entanto, sua popularização não foi acompanhada por uma maior clareza de significado. Mesmo sem apresentar um significado explícito, a teoria da governança mostrou-se como uma das mais relevantes referências das técnicas e processos das políticas administrativas da década de 90 (CASULA, 2017).

Em relação ao setor público, o qual busca incorporar em suas ações essas boas práticas e fundamentos, tem os estudos de Kormendi e Meguire (1985) como pioneiro em inter-relacionar os atos de governança pública com desenvolvimento econômico de

um país. Quando na pesquisa foram observadas iniciativas de um novo modelo de gestão para implementação, execução, controle e avaliação das políticas públicas, denominada como governança pública. Nessa direção, Braz (2018), evidencia o conceito de governança pública associado de modo direto a uma pluralidade de fenômenos políticos e aos métodos de tomada de decisão em que os interesses dos agentes são aperfeiçoados para o alcance de um objetivo específico. Para Matias-Pereira, (2010) para dispor de uma boa governança é imprescindível que todos os atores envolvidos, como dirigentes, políticos, órgãos de controle e, em especial, da sociedade organizada, participem de modo proativo.

Assim, amparado com esses fundamentos da governança pública e com a impulsão dada na Constituição de 1988, o cidadão administrado, ganhou poder, gerando um novo fluxo de controle da Administração Pública – o controle social. Controle esse que deve funcionar como um instrumento instigador na administração pública da transparência, do controle, da responsabilização e da *accountability*, permitindo assim, o estímulo à dimensão sociopolítica da governança pública.

Um desses canais de correlação governo versus sociedade são formados pelos atores dos conselhos gestores ou conselhos sociais. Segundo Filipe e Bertagna (2019), esses canais de participação são frutos de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do Brasil. Esses conselhos têm como premissa o aumento da quantidade de participantes da sociedade e transferência de poder para que esses membros dos conselhos exerçam uma maior influência e interações com a participação de atores com diversos interesses sociais (KOOIMAN, 2002).

Esse novo modelo de administração, que considera os atores locais, é uma tentativa do Estado de se aproximar cada vez mais das demandas sociais locais (LOTTA, 2012). Tal tentativa pode encontrar uma fundamentação no estudo seminal de Lipsky (1980) que marca a tradição dos estudos sobre implementação de políticas públicas, considerando a importância dos atores locais envolvidos na implementação e dos contextos sociais em que eles estão inseridos. O estudo de Lipsky (1980) considera que os conselhos locais possuem discricionariedade e determinam a forma de implementação das políticas baseados no contexto em que vivem, diante dos conflitos que integram e dos valores que carregam. Enfim, esses conselhos são responsáveis por reinterpretar as determinações das políticas e traduzi-las à realidade local, de acordo com as suas especificidades. Logo, o Estado acredita que aproximando as organizações sociais da execução das políticas pode obter melhores resultados.

Para contextualizar esse controle social o estudo elegeu a Política Pública da Educação, que a vários anos tem em sua estrutura os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb “CACS FUNDEB” que funcionam de forma colegiada, que apresentam como função, segundo a última alteração legal, art. 33 da Lei nº 14.113, de 2020, de proceder o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal. O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local (BRASIL, 2020).

Para criar o conselho do Fundeb, o chefe do Poder Executivo municipal, deve fazer por meio de ato legal. A escolha dos membros deve ser realizada em eleição pelos segmentos sociais e a sua composição é estabelecida de acordo com art. 34, inciso IV, da Lei nº 14.113, de 2020. Após a eleição, os membros do Conselho deverão ser indicados pelos segmentos que representam, observando-se os impedimentos contidos no § 5º do citado artigo (BRASIL, 2020).

As ações desempenhadas pelos membros do CACS – Fundeb podem ser caracterizadas como controle direto da sociedade na política pública da educação, por meio da qual permitem informar às demais instâncias, falhas ou irregularidades eventualmente encontradas, para que as autoridades competentes, no uso de suas prerrogativas legais, adotem as providências que cada caso venha a exigir. Assim, tem-se a seguinte questão a ser investigada nesta pesquisa: os membros dos CACS Fundeb apresentam conhecimentos técnicos suficientes para desempenhar sua competência de acompanhar e analisar as prestações de contas do Fundeb, tornando-os inidôneos para o controle por eles esperados.

Destaca-se ainda que os Tribunais de Contas do Estado que apresentam natureza de orientação administrativa, visando como órgão orientador a garantia da boa aplicação dos recursos públicos e a efetividade nos serviços. De tal modo, que o Tribunal de Contas pode realizar capacitação dos membros do CACS FUNDEB, além de indicar diretrizes para gestão da educação pública nos municípios, quando realiza o controle da prestação do serviço, interferindo e induzindo políticas públicas com o objetivo de tornar o sistema mais eficiente, especialmente por se entender que também é de sua competência, mediante a função consultiva, realizar o controle de constitucionalidade e legalidade.

Objetivos

Objetivo geral

Por meio de reflexões sobre as competências e necessidades, o trabalho possui como objetivo propor um curso de capacitação para os membros do CACS Fundeb, que os subsidie no desempenho de suas competências, de modo que essa estratégia contribua para o fortalecimento do controle social, transformando este processo em troca de saberes diferenciados, na busca do aperfeiçoamento da condução da política pública da educação, tal qual garantida na Constituição Federal de 1988.

Objetivos específicos

- Criar um portfólio bibliográfico com pesquisas relacionadas ao tema de capacitação e qualificação para membros de conselhos sociais;
- Identificar as principais dificuldades associadas aos serviços desempenhados pelos membros dos CACS Fundeb e suas tomadas de decisão;
- Descrever a estruturação de um curso de capacitação e qualificação aos membros do CACS Fundeb;
- Propor TCE-MS um produto educacional como estratégia de intervenção para subsidiar os membros do CACS FUNDEB no desempenho de suas competências e processo de decisão.

Metodologia

Esta pesquisa será desenvolvida inicialmente, a partir da fundamentação teórica sobre o tema em questão. Será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre capacitação e qualificação dos membros de conselhos sociais, de modo que, se possa fundamentar a importância desse conselho e sua função para governança pública, destacando os pontos mais relevantes acerca das suas competências, composição, bem como do seu funcionamento e tomadas de decisões.

Essa pesquisa deve empregar a revisão sistemática da literatura, com a finalidade de conhecer como é discutido o tema capacitação e qualificação nos conselhos sociais. Sua abordagem em relação ao problema caracteriza-se de maneira descritiva, com enfoque qualitativo, sendo concretizada a partir de um levantamento de artigos

disponibilizados de forma integral e gratuita nas bases de dados: Scopus, Science Direct, Web of Science e SciELO, bancos de teses e dissertações, com disponibilidades gratuitas.

Para caracterizar os membros dos conselhos serão realizados questionários com informações sobre idade, escolaridade, tempo de participação em conselhos sociais, raça, sexo entre outras informações que contribua para reconhecer a formação desse grupo. Também será questionado as principais dificuldades encontradas para realização das ações como membro do Conselho do Fundeb.

Em seguida, será realizada uma pesquisa na Lei nº 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Para confrontar com os principais problemas e possíveis correções.

A partir dos resultados obtidos com a confrontação das informações e com as análises realizadas, serão apresentadas as principais dificuldade e oportunidades para os membros do conselho, além da elaboração da grade de um curso de capacitação com conhecimentos suficientes para subsidiar os membros do CACS FUNDEB no desempenho de suas competências e processo de decisão.

Resultados e Conclusões Parciais

Em uma breve pesquisa o portfólio bibliográfico demonstrou uma ampla gama de pesquisas relevantes, fornecendo uma aceitável base de conhecimento sobre capacitação e qualificação para os membros de conselhos sociais, especialmente focados no contexto do CACS FUNDEB.

Foram encontradas também, algumas das dificuldades enfrentadas pelos membros do CACS FUNDEB em relação aos serviços prestados e suas tomadas de decisão, sendo identificadas de forma abrangente as questões como falta de conhecimento técnico, falta de acesso a informações atualizadas e desafios na compreensão das diretrizes do FUNDEB. Diante dessas informações espera-se que seja desenvolvida uma descrição detalhada da estrutura de um curso de capacitação e qualificação específico para os membros do CACS FUNDEB. O curso deverá abranger tópicos essenciais, como legislação do FUNDEB, técnicas de tomada de decisão, gestão financeira e fiscalização, visando fornecer aos membros as habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar suas funções de forma eficaz.

Será sugerido ao TCE-MS um produto educacional abrangente, baseado em

curios de capacitações e qualificações. Essa proposta buscará fornecer uma estratégia de intervenção efetiva para subsidiar os membros do CACS FUNDEB, possibilitando o aprimoramento de suas competências e processos de decisão por meio de um programa educacional estruturado e de qualidade. Essas conclusões refletem os principais resultados alcançados até o momento.